AS MULHERES CONFERENCISTAS NAS *TARDES NO INSTITUTO:* GÊNERO E HISTÓRIA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB)

Gabriela Correa da Silva[1]

RESUMO

As mulheres só passaram a ser aceitas como sócias do IHGB a partir de 1965. Isso significa dizer que, durante mais de um século, a prática historiográfica desevolvida a partir deste espaço foi oficialmente autorizada apenas aos homens. Apesar disso, houve, desde o século XIX, iniciativas de intelectuais mulheres para ingressar naquele que era considerado o *templo da História.* Este artigo busca analisar as relações de gênero no IHGB no período anterior ao ano de 1965. As fontes centrais desta pesquisa são as transcrições do ciclo de conferências chamado de "Tardes no Instituto" (1928). A característica central deste evento reside no fato de que as conferencistas eram mulheres. Ao optar por problematizar a produção do conhecimento histórico no Brasil a partir da categoria *gênero,* este texto busca contribuir para a reflexão sobre a história da historiografia no país.

Palavras-chave: historiografia; mulheres; homens; gênero.

ABSTRACT

Until 1965 women were not accepted as IHGB's associates. This means that, for more than a century, the historiographical practice developed from this space was officially authorized only for men. Despite this, there was, since the nineteenth century, initiatives of women intellectuals to enter that institution, which was considered the *temple of History*. This article seeks to analyze gender relations in the IHGB in the period before 1965. The central sources of this research are the transcripts of the conference cycle called "Evenings at the Institute" (1928). The central feature of this event lies in the fact that the speakers were women. By choosing to problematize the production of historical knowledge in Brazil using the *gender* category, this text seeks to contribute to the reflection on the history of historiography in the country.

Keywords: historiography; women; man; gender.

CONSIDERAÇÕES INICIAS

> *"A uma mulher que tenha a cabeça entulhada de grego, como a senhora Dacier, ou que trave disputas profundas sobre mecânica, como a marquesa de Châtelet, só pode mesmo faltar uma barba, pois com essa talvez consigam exprimir melhor o grau de profundidade a que aspiram"*[2]

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Docente EBTT do Instituto Federal de Santa Catarina. E-mail para contato: gabriela.correa@ifsc.edu.br. Fone: (51) 997560832. Endereço: Rua Pedro Hoss, 50/103. São Carlos/SC.

[2] KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime.* 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus editora, 1993.

O sujeito da ciência é sexuado? Este é o título de um conhecido artigo de Luce Irigaray e Edith Oberle[3]. Para as autoras, é preciso fazer o questionamento a respeito do sujeito da ciência (quem é?) e sobre as implicações das suas características (físicas, sexuais) no interior do discurso, nas descobertas científicas e no modo de apresentação da ciência. Estas pensadoras se referem aos diversos campos da ciência.

Bonnie Smith[4], por sua vez, está mais preocupada com as ciências humanas, especificamente com a história da escrita da história. Em seu estudo, ela demonstra o quanto a prática histórica esteve marcada pelo gênero, sendo bastante comuns nos livros de autores como Kant e Hegel, por exemplo, passagens em que a subjetividade era vinculada ao feminino. Assim, aquilo que deveria ser evitado a fim de se alcançar a verdade – emoção, intuição, parcialidade – era atribuído ao "belo sexo". Parece, então, que o uso da categoria *gênero* pode nos dar algumas pistas importantes para pensarmos a produção do conhecimento histórico, assim como determinadas questões caras à historiografia. Comecemos por definir como a categoria será aqui compreendida.

Segundo Joan Scott (2008), o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, as quais se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos, e é uma forma primária das relações simbólicas de poder. Como é sabido, a perspectiva analítica introduzida pelo gênero leva em conta o fato de que homens e mulheres se definem uns em relação aos outros. Assim, a noção é empregada para sugerir que a informação sobre as mulheres é, necessariamente, informação sobre os homens, e que o estudo de um implica o estudo do outro. Além disso, o uso desta categoria também implica em rechaçar as explicações biológicas para a subordinação feminina, buscando pelas construções culturais, isto é, "toda a criação social das ideias acerca dos papeis apropriados para as mulheres e para os homens."[5]

Partindo destas reflexões, entendo que utilizar a noção de *gênero* como categoria analítica é profícuo para pensarmos a prática histórica no Brasil também, ao levarmos em

3 IRIGARAY, Luce; OBERLE, Edith. "Is the Subject of Science Sexed?" Cultural Critique, no. 1 (1985): 73-88. doi:10.2307/1354281.

4 SMITH, Bonnie G. *Gênero e História*: homens, mulheres e a prática histórica. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

5 SCOTT, Joan. *Género e historia*. Mexico: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de Mexico, 2008, p. 53. Para Scott, como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos inter-relacionados: 1) Os símbolos disponíveis que evocam múltiplas representações: Eva/Maria, luz/obscuridade, inocência/corrupção; 2) Os conceitos normativos que levam a interpretações sobre os significados dos símbolos que buscam limitar e conter as possibilidades metafóricas dos mesmos. Por exemplo: conceitos que adquirem oposições binárias e fixas e que afirmam de forma unívoca o sentido de homem e mulher, de masculino e feminino; 3) Para que este estudo seja realizado, é preciso incluir uma ideia de política e uma referência às instituições sociais e às organizações, o terceiro aspecto das relações de gênero; 4) O quarto aspecto é o da identidade subjetiva. Segundo esta autora, é preciso investigar como são historicamente construídas as relações de gênero, e não apenas aceitar as definições oriundas da psicanálise, especialmente de Lacan (identidade de gênero baseada no medo da castração).

conta alguns dos momentos de interação, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre homens e mulheres que se dedicaram a pensar a história brasileira. Esta perspectiva servirá de fio condutor para a análise proposta neste artigo.

Segundo Scott (2008), as mulheres historiadoras estavam formalmente incluídas como membros da Associação Americana de História desde sua fundação, no ano de 1884. Apesar disso, sua participação em postos de comando era bastante baixa, principalmente nas primeiras décadas de funcionamento da agremiação. Assim, para a autora, o acesso a determinados espaços não resolve todos os problemas de discriminação, sendo as organizações e instituições sistemas hierarquicamente diferenciados, nos quais o acesso físico não significa o final do relato. Desse modo: "As experiências dos portadores destas marcas diferenciais [de gênero, de raça] colocam um desafio aos modelos físicos de acesso porque desmente a conclusão de que todo o assunto reside em chegar à porta."[6]

As considerações desta historiadora nos auxiliam a prestar atenção à questão de gênero no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O problema deste artigo se deterá em um momento anterior àquele enfocado pela historiadora norte-americana: qual foi a trajetória das mulheres no IHGB antes de entrar pela porta definitivamente?[7] Ao observarmos as discussões desenvolvidas no Instituto no que se refere à temática das mulheres intelectuais[8], podemos afirmar que é possível falar sobre gênero e história no IHGB antes do ingresso delas na

6 SCOTT, Joan. *Género e historia*. Mexico: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de Mexico, 2008, p. 221-22.

7 A propósito, é preciso expressar aqui que este texto aborda o percurso das mulheres letradas e intelectualizadas, de classe média e classe média alta, cuja maioria era branca. Estas são as especificidades das mulheres que colaboraram com o IHGB. Ao chamar a atenção para esta caracterização, busco destacar a importância de atentarmos para a interseccionalidade, levando em conta as questões de gênero, mas também de raça e classe, conforme lembra Spivak. Sobre o tema ver: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.

8 Sobre o uso da categoria intelectual para o caso brasileiro, menciono o estudo de Daniel Pécaut (1990). O autor, ao estudar os intelectuais e a política no Brasil, opta por não adotar uma definição para a categoria. Dessa forma, entende que intelectuais são aqueles que se identificam e são identificados pelos outros como tais. Antes disso, Pécaut recupera os significados associados à categoria, tais como o engajamento no espaço público, em geral manifesto por meio de adesões "às causas populares", tomando a definição de Sartre. Os intelectuais brasileiros, contudo, já haviam aderido ao engajamento político e "entrado em um corpo a corpo com a história" mesmo antes de isso significar uma associação com tais causas populares (o que no Brasil ocorreu nos anos 1950). Os intelectuais brasileiros, em momento bem anterior, se viam como portadores da identidade nacional e detentores das leis da evolução histórica; estavam a serviço da construção da nação. Para o autor: "Nesse aspecto, o intelectual brasileiro encontra-se na mesma situação que o político: participa de uma realidade cujos segredos ele detém." PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. Editora Ática, São Paulo, 1990, p.7. Tendo isso em conta, entendo ser possível designar as autoras aqui estudadas por intelectuais, especialmente se considerarmos o fato de que o discurso de todas elas encontra-se profundamente atravessado pela ideia de promoção da nação. Além disso, elas eram assim nomeadas pelos sócios do Instituto, sendo chamadas de "intelectuais femininas". (RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 90).

associação, que só foi permitido no ano de 1965. Até este momento, elas ocupavam os espaços do *templo da história* apenas de passagem.

Desse modo, outras perguntas que este estudo levanta e pretende responder são as seguintes: como era ser mulher e frequentar, esporadicamente, o IHGB? Como elas se apresentavam neste espaço masculino dedicado ao estudo da história e geografia do Brasil? As fontes escolhidas para explorar estas problemáticas são os artigos veiculados na Revista do IHGB, bem como as atas de sessão em que eram transcritos os conteúdos das manifestações dos sócios, também publicadas neste periódico. Os textos escolhidos são fruto do primeiro evento em que a agremiação ofereceu sua tribuna para a fala de intelectuais mulheres, chamado de *Tardes no Instituto*.

AS MULHERES NA TRIBUNA DO IHGB

O ciclo de conferências iniciado no mês de maio do ano de 1928 foi promovido por iniciativa do presidente do IHGB, Conde de Afonso Celso, a pedido de sua filha, a poetisa e jornalista Maria Eugenia Celso Carneiro de Mendonça, que foi uma das conferencistas. Chama atenção o nome do ciclo, que parece invocar alguma atividade de lazer cujo público é, predominantemente, feminino. Lembra algo como um "chá da tarde".

Além disso, cada palestra transcrita na Revista do Instituto vem acompanhada de uma foto da palestrante, na qual se percebe um esforço por parecer bela. Todas parecem muito elegantes. Nas publicações de palestras de homens, contudo, não há foto acompanhando suas reflexões. Há apenas o nome completo e, às vezes, a descrição da atividade que desempenha profissionalmente. Considerando estas escolhas, é possível afirmar que tanto o título do evento quanto a edição da Revista são fortemente marcados pelo gênero. Feitas estas observações sobre forma do evento, podemos agora avançar para o conteúdo das reflexões propostas.

ANNA AMÉLIA DE QUEIRÓZ CARNEIRO DE MENDONÇA: *PROSADORAS E POETISAS BRASILEIRAS*

A fim de melhor desenvolver a temática central deste artigo, iniciarei pela última conferência, realizada no dia vinte e oito de setembro, por Anna Amélia de Queiróz Carneiro de Mendonça (1896-1971). De acordo com o Dicionário de Mulheres do Brasil, a conferencista foi:

> Poetisa, tradutora e feminista. Nasceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 17 de agosto de 1896. Ana Amélia era filha de Laura Machado de Queirós e do engenheiro José Joaquim Queirós Júnior. Foi criada no interior de Minas Gerais, onde o pai era proprietário da siderúrgica Usina Esperança. Ana Amélia, assim como sua irmã, Maria José, foi educada por preceptoras estrangeiras, com as quais aprendeu inglês, francês e alemão. Teve uma infância livre. Sua filha, a crítica teatral Bárbara Heliodora, conta que a avó Laura prendia os cabelos de Ana Amélia sob um faixa para evitar falatórios quando ela ia jogar futebol. A paixão por esse esporte levou-a a frequentar clubes de futebol tão logo a família voltou a viver no Rio de Janeiro. No campo do América conheceu o goleiro do time, e depois do Fluminense, Marcos Carneiro de Mendonça, com quem se casou em 1917 e teve três filhos: José Joaquim, Bárbara Heliodora e Márcia. Aos 15 anos, iniciou com o livro de poesias *Esperanças* uma fértil produção literária: *Alma*, 1922; *Ansiedade*, 1926; *A harmonia das coisas e dos seres*, 1936; *Mal de amor*, 1939; *Poemas*, 1951; *Cinquenta poemas de Ana Amélia*, 1957; *Todo mundo*, 1959. Escreveu também o ensaio *Castro Alves: um estudante apenas*, de 1950 (...). Amiga pessoal de importantes feministas, como Maria Eugênia Celso, Ana Amélia aproximou-se do grupo de Bertha Lutz, tendo atuação destacada na defesa pelos direitos das mulheres e nas iniciativas promovidas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, da qual foi vice-presidente (...). Foi a primeira mulher membro de um Tribunal Eleitoral no país, fazendo parte da mesa apuradora nas eleições de 1934 e, durante três anos, delegada do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres, em Washington, Estados Unidos (...). Faleceu no Rio de Janeiro em 31 de março de 1971.” *Dicionário de Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2000, p. 57-59.

Como podemos observar, a conferencista em questão era oriunda de uma família abastada. Esteve inserida em uma rede de intelectuais que atuaram na luta pelos direitos das mulheres, tendo ocupado importantes espaços na vida pública brasileira. Analisemos agora o conteúdo do seu discurso no IHGB. Por um lado, sua fala é bastante crítica no que se refere à ausência das mulheres no Instituto e ao apagamento de sua presença na história brasileira. Por outro lado, é modelar no que toca à força da presença das relações de gênero[9]. Anna Amélia começa sua fala se desculpando:

[9] Ela é assim apresentada: “A oradora do dia, a Sra. D. Anna Amélia, é, como as suas predecessoras, um nome consagrado pelo Brasil intelectual. Respeitam-na, prezam-na e admiram-na todos quantos dela se aproximam ou lhe têm lido as composições, dignas, não poucas, da mais apurada antologia. Lauream-lhe a fronte vários estemas, quais os da cultura, o da poesia, o da arte de dizer, o da beneficência e das *altas virtudes domésticas*. É um vulto social de rara distinção que, pelo coração e pela inteligência, honra o seu sexo e o seu país.” RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 79, grifos meus.

> Para falar-vos das prosadoras e poetisas brasileiras devia sentar-se, neste momento, diante de vós uma poetisa e prosadora, que, pelo seu talento e pela sua *beleza*, pela sua cultura e pelo seu prestígio, é, sem dúvida, uma das mulheres mais representativas do Brasil feminino, neste começo de século: Rosalina Coelho de Lisbôa. O INSTITUTO não pôde cumprir a promessa que vos fizera e, com uma fidalguia a que nada se pôde negar, pediu-me que antecipasse a minha vez de falar-vos, fechando a série de conferências deste ano em lugar de iniciar a do ano próximo. Lamento a troca que vos decepciona. Bem outra devia ser a vossa impressão: bem diversa a vossa expectativa. Ireis ouvir a sonoridade de uma voz veludosa e sem asperezas, o ritmo de uma fala macia e compassada, a elegância de um estilo aprimorado e sóbrio, o julgamento de um espírito culto e superior [...]. *Terei de ouvir, ao contrário, esta voz grave e sem gamas, este falar tosco e desataviado,* esta forma hesitante de quem não se amolda às exigências da boa prosa e, ainda, os comentários de quem, pela primeira vez, se vê induzida a fazer uma conferência, *com inevitável tendência à crítica* (...).” RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 80-81, grifos meus.

É interessante observar que suas desculpas parecerem se referir à ausência de certas características tradicionalmente atribuídas às mulheres: voz aveludada, fala macia e compassada, beleza física. Quando lemos a transcrição de conferências proferidas por homens, não temos nenhum tipo de comentário relacionado à aparência daquele que se apresenta, mas apenas ao conteúdo das falas[10].

Já os homens historiadores quando se referem às mulheres que se dedicaram às letras, não costumam esquecer-se de acrescentar nota sobre a aparência física daquelas a quem se referem. O presidente do IHGB, por exemplo, no mesmo ano em que ocorre o ciclo de “conferências femininas”, ao traçar a biografia de Beatriz Francisca de Assis Brandão, a escritora brasileira que no passado se candidatara à sócia da agremiação, afirma: “Não fora formosa, como sua prima Marília, mas longe estava de ser feia [...]. Ocupa, sem favor, um lugar na galeria das notabilidades femininas do Brasil.” CELSO, Affonso. RIHGB, tomo 104, vol. 158, 1928, p. 873. É possível observar, então, que a questão do gênero coloca certas expectativas sobre as mulheres que se expressam neste ambiente, as quais acabam por se preocuparem, mais do que os homens, com elementos alheios ao conteúdo de sua prática.

Apesar de iniciar neste tom de desculpa, Anna Amélia é a conferencista mais crítica em relação ao papel da mulher, inclusive denunciando aquilo que chama de “preconceito com as mulheres escritoras”. Ao longo de sua fala, enumera diversas escritoras brasileiras que não tiveram reconhecimento em seu tempo, entre elas a já referida Beatriz Francisca de Assis

---

[10] Tomemos como exemplo a conferência do sócio Hélio Lobo, no ano de 1928, intitulada “Guerra da Cisplatina e a Convenção de 1828”, que é uma boa amostra da forma como os historiadores homens ocupam a tribuna do Instituto. O autor inicia sua fala assim: “Entre os anseios e realizações da guerra da independência na América, tem o Uruguai lugar a parte [...].” LOBO, Hélio. RIHGB, tomo 104, vol. 158, 1928, p. 1023. Nenhuma palavra sobre sua eventual falta de propriedade para tratar do assunto, tampouco a respeito de sua aparência. Este é o padrão de apresentação das conferências no IHGB, o que nos dá pistas sobre como determinadas questões pesam sobre alguns sujeitos (sujeitas?) e não sobre outros(as).

Brandão. Esta citação, aliás, serve de ensejo para expor as decisões excludentes do próprio IHGB:

> Beatriz Francisca de Assis Brandão pertenceu a vários grêmios literários e associações cívicas, e foi proposta, em 1868, por Joaquim Norberto e mais dois sócios do INSTITUTO HISTÓRICO, para sócia honorária do mesmo. Parecer de Joaquim Manuel de Macedo e de Gonçalves Dias, nomeados em comissão, impediu que essa entrada se realizasse, alegando a feição científica desta casa e insinuando a ideia de ser a grande poetisa, com mais acerto, recebida como membro de uma futura Academia Literária que o Instituto pretendia fundar. Já nessa época, pois, tantos anos antes da fundação da Academia Brasileira de Letras, alvitrava-se a hipótese de ser a mulher aceita nessa agremiação literária. *A situação não mudou, o assunto tem hoje a mesma oportunidade. Apenas, depois que ela existe ninguém se lembrou de tentar abrir-lhe as portas para nenhum dos nossos grandes poetas e prosadores que tiveram a sina de nascer mulher*. RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 90, grifos meus.

Assim, após arrolar inúmeras escritoras brasileiras, apresenta também os trabalhos das outras três conferencistas do ciclo "Tardes no Instituto": Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça, Maria Junqueira Schmidt e Maróquinha Jacobina Rabello. Por fim, de forma bastante posicionada, conclui sua narrativa:

> Não só o tempo me foi escasso para estudar profundamente o assunto, como o próprio silêncio que pesa por vezes sobre as mais elevadas figuras de uma época apaga definitivamente o brilho de espíritos e temperamentos que pareciam fadados a glórias imortais. Quanta injustiça não teremos assim cometido. Quantas lindas almas de artistas não ficaram para sempre desconhecidas, sepultadas no recolhimento em que as guardavam os preconceitos da época e a timidez natural, cultivada pela educação. RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 90.

Como podemos perceber, Anna Amélia não perdeu a oportunidade de encerrar o ano de conferências sem destacar o quão invisibilizadas foram as mulheres brasileiras que se dedicaram ao mundo das letras, inclusive questionando decisões passadas do Instituto. Mas e as outras conferências? Qual foi o tom das outras falas?

MARIA EUGENIA CELSO CARNEIRO DE MENDONÇA: *O ESPÍRITO E O HEROÍSMO DA MULHER BRASILEIRA*

A temática da palestra de abertura do ciclo, proferida por Maria Eugenia Celso Carneiro de Mendonça, foi "*o espírito e o heroísmo da mulher brasileira.*" O evento foi tão concorrido que não havia lugar para todos os interessados se acomodarem na sala de conferências. Entre outras figuras de destaque, estava na plateia o embaixador dos Estados Unidos. A sessão foi aberta por Affonso Celso:

> Abrindo a sessão, o presidente perpétuo do Instituto, conde de Affonso Celso, disse que o mesmo INSTITUTO, convidando a intelectualidade feminina a colaborar com os seus trabalhos, teve dois intuitos: primeiro, render justo preito de apreço a esta intelectualidade, que sempre se distinguiu, mas apresenta agora, como nunca, expoentes notáveis; depois, demonstrar que a velha corporação, constantemente operosa e vivaz, sabe conciliar o amor da tradição e do passado com o culto do modernismo e da novidade, em tudo quanto seja criterioso e possa contribuir para o lustre da pátria. Corporação essencialmente conservadora, é também animadamente progressista: promove, acolhe, aplaude, estimula quaisquer iniciativas nobres e patrióticas, como o é, sem dúvida, essa que começava a realizar-se. Não lhe cabia lembrar os méritos da conferencista, a quem agradeceu, bem como às suas companheiras o haverem aceito o convite do Instituto. RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 7.

Além de filha do presidente do Instituto, esposa de um alto funcionário do Ministério da Fazenda, Adolfo Carneiro de Mendonça, e de fazer parte de uma família que ostentou títulos de nobreza no período do Império, Maria Eugenia foi sufragista e feminista. Foi, inclusive, vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino[11], cuja presidente era Bertha Lutz, a reconhecida feminista brasileira, tendo sido figura importante nas mobilizações pela conquista do voto feminino no Brasil[12]. Sua fala, inclusive, começa chamando a atenção para a singularidade de sua presença na tribuna do Instituto:

---

11 De acordo com o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro/CPDOC, este foi um "Movimento de âmbito nacional organizado no Rio de Janeiro em 1922 com o objetivo de defender os direitos da mulher brasileira. Foi extinto em 1937. Fruto direto do intenso movimento pró-sufrágio feminino, desencadeado internacionalmente a partir do final do século XIX, e também de toda uma contestação à ordem política e institucional da Primeira República, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) teve sua atuação marcada basicamente pela luta em prol do voto da mulher no Brasil. Tendo como principal articuladora Berta Lutz, a FBPF definia em seus estatutos suas principais reivindicações: além do voto feminino, a instrução da mulher, a proteção às mães e à infância, e uma legislação reguladora do trabalho feminino. Embora os estatutos da federação expressassem uma preocupação com a mulher trabalhadora, o movimento era integrado quase que exclusivamente por mulheres da alta classe média. Um dos fatores que impediram a maior participação de mulheres operárias foi o acentuado centralismo de sua estrutura organizacional: além de nomear as vice-presidentes, a diretoria — única com direito a voto — elegia a presidente da organização por um período de dois anos. Na prática, a federação era dirigida por Berta Lutz [...]. A conquista definitiva do direito da mulher ao voto, reconhecido pelo Código Eleitoral de 1932, marcou o início do gradual esvaziamento da federação. Com a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, o movimento foi formalmente extinto." Disponível em :http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/FEDERA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20PELO%20PROGRESSO%20FEMININO.pdf. Último acesso em 29.03.2017.

12 Segundo o Dicionário de Mulheres do Brasil, Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça (1886-?): "Na virada da década de 1930, ocupou a vice-presidência da FBPF, atuando como colaboradora direta de Bertha Lutz. Em julho de 1931, foi nomeada pelo governo brasileiro representante oficial do país no II Congresso Internacional Feminista, promovido pela FBPF. Desse encontro, saiu indicação para que as autoridades públicas promovessem a extensão do direito de voto às mulheres. O documento final do Congresso foi encaminhado ao chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas, que prometeu atender à reivindicação das feministas brasileiras e de fato o fez na edição do Código Eleitoral de 1932." Dicionário de Mulheres do

> Aos venerandos fundadores do INSTITUTO, sem exceção por certo, se antolharia verdadeiramente irrisória a hipótese de mulheres lhe virem um dia ocupar a tribuna, e se um gaiato, por pilheria, a houvesse outrora aventado, teriam sofrido superiormente os mais polidos, este pairante sorriso de condescendência, cônscio de sua supremacia, antes os desgarros caprichosos de uma criança, um sorriso que, aliás, ainda não desertou completamente dos lábios masculinos. Hoje, esta circunstância já não espanta nem a homens e nem a mulheres; entrou na ordem natural das coisas, normalizou-se. Esta normalização, tão simples na aparência, mas tão reveladora de profundas gradativas evoluções, se nos depara como um sinal dos tempos. Não é só a mulher que sente ampliado o seu papel na sociedade. Ao homem também, a pouco e pouco liberto de preconceitos e modificadas as perspectivas do seu ponto de vista, a cooperação da mulher, em todos os ramos da sua atividade, já se apresenta como absolutamente imprescindível. O gineceu já não pode mais ser para ela o cárcere privado, em que não raro se lhe estiolavam e finavam, por falta de cultivo, as faculdades. [...].” RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 12.

O tom inicial, de advertência e crítica, é entremeado por uma fala menos contundente, que, aparentemente, busca se aproximar da plateia masculina. Assim, a conferencista, ao descrever a “mulher brasileira”, colabora para o reforço de alguns dos estereótipos femininos do período. Neste ponto, sua fala auxilia a compreender qual era a figura feminina culta aceitável naquele ambiente. Ilustrada, mas que não renegava as características que os homens lhe atribuíam:

> O espírito da brasileira, mesmo nas suas mais arrojadas manifestações, conserva esse cunho de *meiguice*, de *doçura*, de *maternidade*, que a torna mãe antes de tudo, acima de tudo. O próprio *amor* que tem à pátria nada mais é do que uma irradiação de seu *amor materno*, amando nela tão somente a terra de seus filhos. RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 13, grifos meus.

A lista de heroínas apresentada por Maria Eugênia é extensa e tem mais de trinta mulheres, sendo que a heroína das heroínas é a princesa Isabel, cujo amor pelo Brasil lhe garante “o lugar máximo na história do heroísmo feminino brasileiro” (RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 24). O 13 de maio é mencionado como sendo uma de suas realizações mais importantes.

A conferencista começa sua fala citando Anita Garibaldi, ressaltando seu heroísmo evidenciado pelo fato de que pegou em armas ao lado de seu esposo. Apesar de sua bravura expressa pela participação em diversas batalhas, é apresentada predominantemente como

Brasil. De 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2000, p. 451-453).

esposa zelosa. Desafiou as expectativas que havia sobre seu gênero, mas não transgrediu em seu papel pré-definido e essencial: de esposa fiel e dedicada. Merece estar entre as heroínas brasileiras e servir de inspiração para as mulheres do presente:

> Um traço curioso, comum a todas essas heroínas, é o fervor da sua dedicação conjugal. Foram todas elas, com menos paixão talvez do que Anita Garibaldi, mas com igual fidelidade, esposas exemplares. RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 22.

Entre as mulheres pertencentes às sociedades indígenas, figura Damiana da Cunha, neta de um cacique carijó. Seu espaço no panteão de mulheres heroínas do Brasil foi garantido por sua devoção ao cristianismo:

> Teve por alevantado mister trazer à civilização seus irmãos selvagens e rebeldes [...]. *Bela,* ousada, eloquente, Damiana da Cunha, a missionária, em penosíssimas peregrinações através dos sertões de Goiás, tendo por únicas armas o poder de sua palavra e a persuasão de seu exemplo, passou a vida a conquistar as almas ao Cristo e súditos ao Brasil. Pioneira do progresso e do bem, se não foi feita de lances atrevidos a sua existência, nem por isso deixa de ter o seu pacífico heroísmo a *beleza* sem par de um apostolado. (RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 17, grifos meus)

Mas e as mulheres comuns, não são abordadas pela conferencista? Sim, no final da palestra. Dito de forma mais adequada, elas são interpeladas, de modo que se sintam contempladas. São convocadas a servir à pátria, contribuindo por meio do "heroísmo do coração", acessível a todas, já que o *amor* é apresentado como um atributo feminino:

> Se não anda ao alcance de todas a vida aventurosa de uma Anita Garibaldi, a audácia política de uma Bárbara Heliodora, o fértil misticismo de um Joana de Gusmão, a nenhuma é vedado o meritório e obscuro heroísmo do dever quotidiano. Na generalização bem compreendida do cumprimento desse dever se acha o segredo da grandeza da pátria. Ser uma heroína de guerra e de sangue, nem a todos os temperamentos femininos apeteceria, mas ser uma heroína do *amor* resume, sem contesto possível, a aspiração de todas nós. O heroísmo do *coração* é o que mais sedutoramente há de sempre falar a toda imaginação de mulher. RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 22, grifos meus.

Podemos, portanto, indicar que há um conjunto de palavras associadas à mulher heroína: doçura, meiguice, maternidade, amor, coração, esposa e, acima de todas, beleza. Esta caracterização está presente, de forma mais ou menos evidente, em todas as conferências. Pode-se suspeitar, inclusive, se a não superação do elogio a estas características não seja justamente o que lhes confere espaço de fala naquele ambiente exclusivamente masculino e autodeclarado conservador. Vejamos como isso se manifesta ao longo das outras palestras.

MARIA JUNQUEIRA SCHMIDT: ***A SEGUNDA ESPOSA DE PEDRO I***

A segunda conferência, cujo título está enunciado acima, foi proferida no dia dezesseis de julho pela jovem Maria Junqueira Schmidt[13]. Ela foi, inclusive, citada e apresentada na conferência de Anna Amélia:

> D. Maria Junqueira Schmidt tem, nas nossas letras femininas, um lugar de destaque, não só pelo valor da sua prosa elegante como pelo gênero que escolheu, a História. Se temos poucos historiadores, historiadoras ainda menos. O dicionário bibliográfico de Sacramento Blake fala vagamente de D. Narcisa Villar que escreveu, no Rio de Janeiro, em 1859, uma legenda do tempo colonial pela independência do Ipiranga. Não tenho detalhes sobre esse trabalho nem sobre a sua autora. Nada conheço de outras escritoras que tenham se dedicado à difícil tarefa de recompor, de fazer reviver, enfim, com os sentimentos e as roupagens do seu tempo, as figuras notáveis do nosso passado histórico. D. Maria Junqueira Schmidt dedicou-se a esse labor e vem fazendo uma obra tão formosa quanto simpática e digna de elogios. É historiadora e historiadora das mulheres: seu livro sobre d. Amélia de Leuchtenberg, de cujo resumo tirou a linda conferência que lhe ouvistes, é o início de uma série de vultos femininos, quase completamente esquecidos do nosso presente dispersivo e mecânico, e que merecem algumas horas de recolhimento e emoção. RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 83.

Ao longo de sua carreira, Maria Junqueira ficaria conhecida por sua atuação no campo educacional, tendo também atuado como historiadora. Era conhecida por seu profundo domínio do francês, tendo morado na Suíça durante muito tempo.

Para a audiência do Instituto, ela falou sobre a Duquesa de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I, conhecida como D. Amélia. Assim, a autora apresenta a trajetória da princesa da Baviera desde quando se casou com D. Pedro até seu falecimento, quando já havia

---

[13] A autora foi uma das interlocutoras de Jonatas Serrano, quando da elaboração do plano original para a escrita do livro *História do Brasil*. Ela, inclusive, é uma das co-autoras da obra, publicada originalmente em 1931. Na nota de número oito do livro de Itamar Freitas (2008), o autor cita o comentário de João Ribeiro sobre Maria Junqueira: "Maria Junqueira Schmidt escreveu biografias sobre mulheres destacadas da nobreza 'nacional': Amélia de Leuchtenberg, a segunda imperatriz do Brasil, e Princesa Maria da Glória, provavelmente publicadas entre 1928 e 1934. As obras mereceram a simpatia de João Ribeiro pelo estilo 'fácil e ameno' e a raridade da temática: 'tanto os nossos historiadores como os biógrafos deixaram na sombra os vultos dessas princesas e rainha que tanto influíram no Brasil e em Portugal. Nessa originalidade especializou-se D. Maria Junqueira Schmidt, de quem seria de esperar a tarefa (mais fácil, porém, mais curiosa) da vida de D. Carlota Joaquina, ou a de D. Tereza Cristina, a esposa do segundo Imperador, ou da Princesa Isabel, a redentora. Estaria assim completa essa galeria de retratos femininos de maior relevo em nossa história. Os livros de Maria Junqueira são muito lidos e estimados pela delicadeza e simplicidade com que sabe desenvolver seus temas, naturalmente inspirados em profunda simpatia.' Ribeiro, *Jornal do Brasil*, 25 fev. 1928 e 23 mar. 1934, in: Leão, 1961." Para mais infomrações ver: FREITAS, Itamar. *A pedagogia histórica de Jonathas Serrano*. Uma teoria do ensino de história para a escola secundária brasileira (1913-1935). São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p.334.

perdido o esposo e a filha. A conferencista apresenta-se com humildade e, de modo semelhante à Maria Eugenia, opta por exaltar atributos como beleza e zelo na personagem narrada. A novidade é o destaque para a construção da narrativa, apoiada em fontes primárias:

> Eis, minhas senhoras e meus senhores, em traços singelos e *despretensiosos*, o resumo do ensaio que escrevi e dei à publicidade, em torno da figura *gentil* e *atraente*, mas pouco conhecida, da segunda imperatriz do Brasil. Não me permiti nesta conferência, como no livro que ofereci a crítica imparcial do meu país, a mais leve fantasia, nem mesmo uma justificável liberdade de imaginação. Todo o meu trabalho foi elaboração à luz dos documentos históricos que compulsei nos arquivos e nas bibliotecas, todo ele foi traçado, tendo em vista os acontecimentos sociais da época e a compulsão da correspondência íntima, do exame dos quais pude gizar em linhas que considero rigorosamente precisas e exatas o perfil moral e a atuação política de Amélia de Leuchtenberg, quer na vida agitada dos últimos dias do primeiro Império do Brasil, quer na fase olímpica da arrancada heroica de Pedro I em Portugal, depois de sua abdicação ao trono do Novo Mundo, quer, por fim, na solidão de sua viuvez na Baviera, na ilha da Madeira e no Palácio das Janelas Verdes, - em todos esses períodos angustiosos da existência dessa princesa, cujo destino foi um constante contraste com sua *beleza* e a sua bondade. (RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 43-44, grifos meus)

Estas definições e caracterizações do feminino são bastante reveladoras do fato de que as narrativas fornecidas pelas conferencistas sobre a presença das mulheres na história do Brasil são *generificadas*. Elas parecem legitimar e reproduzir a maioria dos papeis tradicionalmente atribuídos às mulheres (pelos homens) como dados naturais.

Apesar disso, parece haver uma estratégia coletiva na construção destas narrativas. Embora não haja o questionamento da maioria dos estereótipos, a presença das conferencistas no ambiente do IHGB parece ser utilizada para enviar uma mensagem: aceitamos a definição de belas e carinhosas, mas queremos ser reconhecidas por nossas capacidades intelectuais. E queremos votar, já que nos preocupamos com o "futuro da pátria".

Lembremos de que pelo menos duas das conferencistas foram ativistas pelo direito das mulheres à participação política (Maria Eugênia e Anna Amélia). Pode-se supor, inclusive, que, ao expor sua erudição no IHGB, elas estivessem buscando evidenciar sua capacidade para o voto. Além disso, elas mostraram que estavam prontas para narrar a história do ponto de vista de sua classe social, onde a heroína indígena era aquela que havia defendido os valores dos brancos, a princesa Isabel era o expoente entre as mulheres brasileiras, e a cultura associada aos brancos era lida como superior. Este último ponto se manifesta na palestra dedicada à temática da música brasileira.

MARÓQUINHA JACOBINA RABELLO: CANTARES BRASILEIROS

Maróquinha Jacobina Rabello, professora de história da literatura e da arte no Instituto Benjamin Constant e no Curso Jacobina, proferiu a conferência intitulada "Cantares Brasileiros". Ela inicia sua narrativa se desculpando, já que o assunto sobre o qual ia palestrar não era novidade:

> Desse assunto tem-se ocupado com maestria alguns dos nossos melhores escritores e publicaram primorosos trabalhos no gênero João Ribeiro, Basílio de Magalhães, Afrânio Peixoto, Gustavo Barroso e outros. Não venho aqui trazer-vos nada de novo: repasso e repiso o que tem sido dito pelos mestres. Peço indulgência. RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 48.

A professora, ao longo de sua fala, menciona as especificidades da música regional, contemplando diferentes estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Minas Grais, Mato Grosso, Pará, Bahia, etc. Há uma preocupação em relacionar a música e a poesia popular aos costumes, à tradição e à "memória do povo". Há um apelo nacionalista em sua narrativa, assim como há nas falas de Maria Eugenia e Maria Junqueira. Nesse sentido, Maróquinha Jacobina Rabello recupera a presença das "três raças" na composição dos "cantares brasileiros":

> É curioso relembrar o viver das três raças que habitaram o Brasil primitivo, esse Brasil de campos verdes, florestas espessas, montanhas grandiosas que contribuíram para sua beleza e prometiam prodígios de riqueza. Foi-se, a pouco e pouco, fazendo aliança das três raças, e, no meio delas, andava o Jesuíta convertendo sempre com a cruz alçada e o nome de Cristo nos lábios, lançando bênçãos. À noite, o português recordava a pátria contando trovas da terra saudosa, o Índio escutava a narrava nas suas lendas a origem das águas, das plantas e de todas as cousas criadas; o negro suavizava a escravidão relembrando suas cantigas. RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 51.

O valor atribuído à manifestação cultural de cada grupo, contudo, é bastante desigual. Ao mencionar o candomblé baiano, por exemplo, a conferencista afirma que:

> Esses costumes, essas crenças provam, na maioria das vezes, o atraso do povo, mas podemos interpretar, para poetizar o fato, como o culto à tradição. Conservar o povo a fé do berço é até louvável. A gente inculta da Bahia é ainda hoje toda fetichista e mistura ao catolicismo suas antigas crenças, que foram influenciadas pelo africano. RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 55.

Podemos afirmar, por fim, que as questões de gênero, raça, classe e etnia atravessam as conferências aqui examinadas. Como pudemos ver, o tom das narrativas é bastante conservador no sentido cultural, político, econômico e social. Este elemento, contudo, não

deve nos impedir de visualizar as expectativas de gênero que atravessavam as narrativas das conferencistas do Instituto, bem como o modo por meio do qual elas lidaram com o exíguo espaço que lhes era concedido no *templo da história.* Apesar de verbalizarem narrativas aceitáveis do ponto de vista da história que era acalentada no IHGB, a sua simples presença ali já era, para muitos sócios presentes na plateia, desagradável, desafiadora e, talvez, ameaçadora. Basta mencionar que, como dito no início deste texto, a primeira sócia do IHGB só foi aceita quase quadtro décadas após o ciclo de conferências aqui analisado.

Apesar disso, cabe o questionamento: será que as mulheres não atuaram na produção do conhecimento histórico produzido a partir do IHGB enquanto ainda não eram sócias? Para explorarmos este problema e para concluir a análise aqui proposta, é pertinente retomarmos o episódio do ingresso de Virgínia Rau na Instituição.

A PRIMEIRA SÓCIA DO IHGB

Como vimos, não foi por falta de candidatura que o IHGB não teve nenhuma integrante mulher ao longo de seus primeiros cento e vinte sete anos de existência. Também não foi por falta de mulheres que exercessem o ofício de historiadora no Brasil[14]. O Instituto, através da deliberação de seus sócios, se mantinha como espaço fechado às mulheres que se dedicavam ao mundo das letras porque assim a maioria entendia que deveria permanecer. Isso mudou no ano de 1965, quando a historiadora portuguesa Virgínia Rau foi aceita como sócia correspondente. Não sem longos debates, é claro. Atentar às disputas internas nos dá pistas sobre a heterogeneidade de falas que havia naquele *lugar social* de produção do conhecimento histórico, o qual, por definição, é marcado pelo conflito[15]. É pertinente, então, que nos detenhamos no caso da historiadora portuguesa. Logo após a proposição de seu nome, assinada por cinco sócios, tem-se o parecer da Comissão de Admissão:

> À Comissão, por unanimidade resolveu que, na vigência dos atuais Estatutos, em que imperou, desde a fundação do Instituto, o evidente propósito de admitir como sócios efetivos ou correspondentes, unicamente pessoas do sexo

---

14 É conhecido o episódio em que a candidatura de Beatriz Francisca de Assis Brandão foi recusada pelo IHGB, no ano de 1868. Este acontecimento, inclusive, é narrado de forma bastante crítica por Anna Amélia de Queiróz Carneiro de Mendonça, conforme mencionado anteriormente. Tanto a candidatura de Beatriz Brandão quanto a conferência de Ana Amélia são mencionadas na discussão que se dá no ano de 1965 em torno da candidatura de Virgínia Rau. O interessante da menção é que quem a faz é o esposo de Anna Amélia, Marcos Carneiro de Mendonça, ex-goleiro da seleção brasileira de futebol, historiador e sócio do IHGB (RIHGB, volume 269, 1965, p. 299).

15 CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

masculino, não parece aceitável a proposta em apreço. RIHGB, 1965, volume 269, p. 294.

Além da justificativa que se baseava “na melhor tradição do Instituto, a da não admissão do sexo diferente do de seus fundadores” (p. 295), o autor do parecer, Ivolino de Vasconcelos, ao defender sua posição, afirma que o fato de o Estatuto do Instituto prescrever o uso de indumentária rigorosamente masculina atestava claramente o desejo dos membros fundadores de que a agremiação deveria ser composta exclusivamente por homens.

Por outro lado, o principal advogado do ingresso das mulheres foi o sócio Américo Jacobina Lacombe (1909-1993)[16], que fez inflamado discurso contrário ao voto da comissão de admissão de sócios, cujo teor indeferia a candidatura de Virgínia Rau. No final de sua fala, Lacombe afirma:

> Se outras entidades têm motivos para excluir as mulheres de seu grêmio, a nossa não tem o direito de o fazer. De fato elas já colaboram conosco nas nossas sessões e comissões. É desprimoroso que as convidemos para colaborar em nossos trabalhos sem partilhar com elas as nossas honrarias. RIHGB, 1965, volume 269, p. 274[17].

A argumentação de Lacombe, por fim, teve mais adeptos. Deliberou-se por interpretar o Estatuto, o que permitiria o ingresso de mulheres a partir de então. Para além do desfecho da questão, o excerto acima citado é muito importante para os propósitos deste artigo, que busca estimular a reflexão acerca das aproximações entre gênero e história. Para tanto, é preciso levar em conta as relações entre homens e mulheres no exercício do ofício de historiador (a). Com isso, talvez, seja possível compreendermos como a escrita da história esteve afetada pela exclusão das mulheres das “honrarias” do ofício, e não necessariamente do labor que ele envolve. Assim, no mesmo ano em que se discutia a pertinência de aceitar o ingresso da primeira mulher naquele ambiente, na Assembleia Geral de 23 de Junho o sócio Xavier Pedrosa lembra que aquela era uma data comemorativa:

> Antes de ser a palavra dada ao orador, o Senhor Xavier Pedrosa recordou data comemorativa ao dizer: ocorre hoje o centenário de nascimento de Dona Lúcia Furquim Lahmeyer, que foi durante muitos anos exemplar bibliotecária do

---

[16] Formado em Direito, não exerceu o ofício de advogado. Dividiu sua atuação profissional entre o serviço público e a docência, tendo sido professor de história do Brasil na PUC do Rio de Janeiro. Lecionou história no curso de formação de diplomatas do Instituto Rio Branco. Foi presidente do IHGB de 1985 a 1991. Também foi diretor da Casa de Rui Barbosa. Para mais informações, ver sua biografia em: http://www.academia.org.br/academicos/americo-jacobina-lacombe/biografia. Último acesso em 27.03.2017.

[17] O parecer completo está transcrito no final deste artigo.

> Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Possuía Dona Lúcia invulgar cultura, como indicam suas traduções para o Instituto: a História do Brasil de Handelmann e a Viagem pelo Brasil de Spix Von Martius. Era de uma humildade franciscana e quando chamada a dar a sua opinião, ainda quando tinha certeza a exatidão, expressava-se com timidez como receosa de incidir em erro. Lembrando o seu nome no dia do centenário, o Instituto Histórico externava mais uma vez a sua saudosa gratidão a quem tão devotamente ajudou a engrandecer o seu patrimônio cultural. RIHGB, volume 269, 1965, p. 204-205.

Sim, as mulheres colaboravam com as atividades do Instituto já havia tempos. As conferências acima analisadas foram parte desta colaboração. Lacombe sabia do que estava falando. A lembrança ao centenário de nascimento da bibliotecária, cujas atividades claramente excediam as atribuições de sua profissão, é um indício do que alegou o sócio em defesa do reconhecimento do trabalho das mulheres historiadoras. Além disso, o excerto é precioso no sentido de que apresenta as características positivas da figura feminina memorável: culta, porém humilde e tímida[18]. Características estas também incorporadas pelas conferencistas de 1928.

Este exíguo espaço concedido às mulheres eruditas não é uma característica isolada do IHGB. Ao estudar as historiadoras profissionais nos Estados Unidos de fins do século XIX, Bonnie Smith (2003) formula questões tais como: onde se posicionava a mulher profissional em um retrato do trabalho científico tão marcado pelo gênero? Além de todas as dificuldades de inserção profissional, estas mulheres atuaram em um tempo em que se acreditava que o trabalho intelectual destruiria a saúde física e mental, bem como as capacidades de reprodução e de amamentação. Entre os problemas que enfrentavam, estava a crença de que as mulheres eram menos adequadas à carreira universitária do que os homens. As mulheres eruditas eram contratadas por sociedades históricas locais, bibliotecas e arquivos. Em geral eram pior remuneradas do que os homens, ainda que desempenhassem a mesma função. Dessa forma:

> Os paradigmas do trabalho histórico profissional consistiam em um foco voltado para a política na erudição, uma metodologia que dava ênfase a um experiente observador despersonalizado e um conjunto de

[18] Nesse sentido, é interessante comparar esta situação com a história das mulheres francesas que se posicionaram contra o colonialismo. Joana Pedro, citando o livro "O feminismo", de Andrée Michel, indica que, apesar de muitas mulheres francesas terem participado do esforço em pôr um fim nas guerras coloniais, "a história delas se esqueceu, trazendo apenas nomes masculinos e dando visibilidade para algumas enfermeiras, pelo fato de estas desempenharem uma função aceita pelos homens como feminina." PEDRO, Joana Maria. "Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero da pesquisa histórica." *História*, São Paulo, v.24, n.1, 2005, p. 83.

> práticas baseadas no exame minucioso de documentos estatais e na apresentação dos resultantes textos históricos para a adjudicação de uma comunidade de especialistas. *Essas práticas universalmente aceitas eram expressas em termos de dimorfismo de gênero: uma importante e valorizada esfera masculina de atividade que gerava história existia ao lado de uma esfera feminina e familiar historicamente insignificante*. Além disso, os praticantes eram descritos em termos de uma comunidade de classe média de especialistas homens, cuja compreensão e treinamento em ciência histórica eram inacessíveis aos menos aptos – o que significava as mulheres do Ocidente e os povos não-Ocidentais como um todo. No entanto, esta ciência era ao mesmo tempo vista como universal, disponível para todos, *isenta de qualquer característica e sem gênero. A erudição era dessa forma o conduíte que se distanciava de uma feminilidade degradada rumo ao universal mais elevado.* SMITH, 2003, p. 413, grifos meus.

Os casos que foram ressaltados neste artigo nos auxiliam a compreender, portanto, como as questões de gênero estiveram presentes no IHGB e na forma como se pensou o conhecimento histórico a partir dali. Espaço de reflexão sobre a história, era também o ambiente em que sujeitos masculinos eram os agentes autorizados desta reflexão. As mulheres, quando convidadas a colaborar, exerciam uma função complementar, cujo núcleo era composto pelos sujeitos universais do conhecimento. Além disso, nestas ocasiões esporádicas, tinham de aderir a grande parte dos papeis a elas atribuídos pelos sócios: belas, amorosas e humildes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta neste artigo buscou chamar a atenção para o peso das relações de gênero no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao demonstrar o quão presentes eram os estereótipos de gênero aos quais as mulheres intelectuais estavam expostas, deseja-se destacar a necessidade de levar em conta estas questões quando se reflete acerca da história da historiografia. Com isso, talvez possamos desnaturalizar certas práticas, ao mesmo tempo em que contribuímos para complexificar o olhar para o conjunto de variáveis que estão em cena quando se pensa sobre a escrita da história.

ANEXO I – VOTO DO SÓCIO AMÉRICO JACOBINA LACOMBE SOBRE A CANDIDATURA DE VIRGÍNIA RAU À SÓCIA DO IHGB (RIHGB, 1965)

"Permita V. Ex. que eu declare que não me conformo com o parecer que acaba de ser lido.

Parece-me que a questão está mal focalizada. A questão é muito mais séria do que parece. O Instituto tem aqui a oportunidade, que não pode perder, de fazer uma revisão – uma autocrítica, como está na moda dizer, de sua atividade.

O meio da pesquisa histórica mudou fundamentalmente desde a criação das Faculdades de Filosofia e a instauração dos estudos históricos em grau superior.

Até aqui este Instituto reuniu sem dúvida os expoentes da ciência histórica no Brasil, os que mais contribuíram para a historiografia no Brasil. Foram quase todos diplomatas, magistrados, juristas, médicos e militares, atraídos por uma necessidade cultural para as pesquisas históricas. Hoje este quadro está inteiramente mudado.

O ensino da história e a pesquisa histórica são atividades para as quais se preparam anualmente centenas de universitários especializados.

É uma realidade de que nós precisamos dar conta para reajustarmos nossa atividade em face das novas condições. Nada temos a temer, pelo contrário, devemos confiar naqueles a quem vamos passar a tocha que recebemos de nossos antecessores.

Pois bem, nessa nova geração de geógrafos e historiadores as mulheres têm tomado uma preponderância indiscutível, de tal maneira que é impossível alguém a sério pensar em distinguir os professores e pesquisadores pelo sexo.

Se o Instituto pensa em continuar a representar o pensamento dos historiadores brasileiros precisa tomar em consideração a mudança radical no quadro dos que cultivam esta ciência.

No magistério superior as mulheres arrebatam as cátedras a candidatos varonis, com aclamações gerais, são diretoras, reitoras e ministras.

Os cultores da ciência não têm sexo, são como os anjos.

Rogo ao nosso digníssimo secretário que tenha a bondade de consignar bem claramente minha discordância de uma decisão que, no momento em que as mulheres veem abrir-se as portas dos sodalícios científicos e dos prêmios científicos e literários do mundo inteiro, dos tribunais, dos conselhos do governo e já, agora, da própria hierarquia eclesiástica, quando há países que aceitam sacerdotisas e episcopizas e o Segundo Concílio do Vaticano estuda a criação de diaconisas, verão fechadas as do Instituto. São mais de 50% dos cultores da História prejudicados em virtude de um princípio que nos empobrecerá na escolha de valores.

A questão não está em saber, com sutileza, qual o pensamento dos nossos fundadores em relação à colaboração feminina. Mas saber, em face das condições atuais, qual a melhor maneira de recrutarmos os novos elementos, dentro do mesmo espírito que os orientou outrora.

Os fundadores, a não ser inspirados por uma graça especial do Espírito Santo, não podiam pensar em mulheres cultas num país em que raras eram alfabetizadas. Estavam em 1838, e o primeiro estabelecimento de educação feminino no Rio, foi o das Irmãs de Caridade fundado em 1854. Quando em 1865 Agassiz teve em suas conferências um público parcialmente feminino, provavelmente porque estava acompanhado de sua mulher, o fato causou enorme sensação registrada na imprensa.

Os antigos não pensaram nas sócias porque não havia mulheres historiadoras no Brasil, mas hoje as temos. Esta é que é a questão. Este é O FATO NOVO A QUE É PRECISO APLICAR O NOVUM JUS.

Os nossos antecessores legislaram para o seu tempo com descortino e nós, para não trairmos a nossa missão, teremos que traduzir o pensamento deles para as condições do nosso tempo.

O nome que propus ao exame do Instituto é o do maior nome nos meios históricos de Portugal, ocupando a cátedra de História e, mesmo, a direção da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É de todos os cultores da ciência em Portugal um dos mais preocupados com as relações culturais com o Brasil. De tal maneira que temo pela repercussão desta decisão. Falo com o coração nas mãos, sem intento de agravar velhos amigos e mestres, mas temo pela repercussão desta decisão. Não temeria se pressentisse que ela iria provocar a raiva ou o despeito. Mas tenho certeza de que nos meios dos moços o comentário deste parecer vai ser muito mais grave do que o da contrariedade. Vai provocar o desinteresse.

Ainda uma consideração final. A decisão é inútil. A conquista do mundo científico pelas mulheres é um fenômeno irrecorrível. Simples questão de tempo. Eis um pequeno balanço no quadro das Academias, extraído da respeitável publicação *The World of Learning*, 1962.

[...]

Se outras entidades têm motivos para excluir as mulheres de seu grêmio, a nossa não tem o direito de o fazer. De fato, elas já colaboram conosco nas nossas sessões e comissões. É desprimoroso que as convidemos para colaborar em nossos trabalhos sem partilhar com elas as nossas honrarias.

"Voto do sócio Américo Jacobina Lacombe". In: A*ta da Assembleia Geral em 29 de setembro de 1965* (sessão nº 1.993). RIHGB, Outubro -Novembro, 1965, volume 269, p. 268-274.